



**Comissão Especial Destinada a Proferir
Parecer ao Projeto de Lei 3200/2015 –
Regula Defensivos Fitossanitários**

**REQUERIMENTO N° _____, DE 2016.
(Do Sr. Rômulo Gouveia)**

Requer a realização de Seminário Regional no Estado da Paraíba para debater o PL n° 3200/2015, que Regula Defensivos Fitossanitários, visando abordar a produção no semiárido, a fitossanidade e os cuidados com a saúde dos trabalhadores rurais e consumidores de frutas e alimentos, o controle fitossanitário, agrotóxicos, sua experimentação, produção, embalagem, rotulagem, transporte, armazenamento, comercialização, entre outros pontos, para regulamentação dos defensivos fitossanitários, a ser realizada na Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa, com base nos art. 24, inciso III, combinado com o art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), a realização de Seminário Regional no Estado da Paraíba para debater o PL n° 3200/2015, que Regula Defensivos Fitossanitários, visando abordar a produção no semiárido, a fitossanidade e os cuidados com a saúde dos trabalhadores rurais e consumidores de frutas



e alimentos, o controle fitossanitário, agrotóxicos, sua experimentação, produção, embalagem, rotulagem, transporte, armazenamento, comercialização, entre outros pontos, para regulamentação dos defensivos fitossanitários, a ser realizada na Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, em data a ser definida, com as seguintes autoridades:

- 01)Presidente da UNIFITO - Associação dos Produtores e Fabricantes Nacionais de Fitossanitários, Ênio Marques;
- 02)Diretora Geral da AGEVISA - Agência Estadual de Vigilância Sanitária; Glaciane Mendes Roland;
- 03)Presidente da Federação da Agricultura da Paraíba – FAEPA - Mário Antônio Pereira Borba;
- 04)Superintendente Federal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca na Paraíba (SFA-PB) - Fiscal Agropecuário Federal Antônio Hybernon da Silva.
- 05)Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba - Francisco de Assis Benevides Gadelha;
- 06)Diretor Presidente da Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba - EMEPA - Nivaldo Moreno de Magalhães.
- 07)Chefe-Geral da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA Algodão PB – Sebastião Barbosa.

JUSTIFICAÇÃO

A discussão sobre os produtos fitossanitários embora muitas vezes apresentados como substâncias nocivas e indesejáveis, são muito importantes para a produção agropecuária. Desde meados do século XX, à medida em que a produção agropecuária se intensifica e experimenta sucessivos ganhos em produtividade, os referidos insumos têm sido utilizados, em razão de sua eficácia em controlar grande variedade de pragas, doenças e plantas daninhas que infestam as lavouras.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sem o seu emprego, a produção e a qualidade dos alimentos seriam prejudicadas, a segurança alimentar da população poderia ser ameaçada e os preços dos alimentos tenderiam a elevar-se.

A produção orgânica ou agroecológica é uma alternativa possível e desejável, mas, dada a sua complexidade, não vislumbramos possibilidade de que venha a substituir a agricultura convencional, que faz uso de insumos industrializados, tais como fertilizantes e agroquímicos.

Os produtos orgânicos têm sido crescentemente aceitos e demandados no mercado brasileiro, constituindo um diferencial que agrega valor ao produto. Logo, é de todo conveniente que agricultores que desejem engajar-se em processo de transição agroecológica recebam apoio e incentivo de parte do poder público.

Os produtos fitossanitários têm preços elevados no mercado brasileiro e impactam significativamente o custo de produção agropecuária. O nível de instrução do agricultor brasileiro tem-se elevado, ao longo dos anos, mas mesmo aquele menos instruído tem noção dos fundamentos da economia e não utilizaria tais insumos se não fossem necessários.

O Manejo Integrado de Pragas – MIP constitui uma forma de otimizar o controle de pragas, doenças e insetos na produção agropecuária, racionalizando o uso de pesticidas químicos e de outros insumos. Entretanto, a utilização do MIP também demanda expertise, o que poderá ser suprido a grande contingente de produtores rurais brasileiros por meio dos órgãos oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Os produtos fitossanitários, como outros produtos químicos, devem ser utilizados e manuseados com cuidado, a fim de preservar o meio ambiente, a saúde dos trabalhadores e dos consumidores.

Grande preocupação da sociedade é voltada ao momento da aplicação e a qualidade dos alimentos, porém não devemos descuidar da segurança em outras etapas: aquisição/ receita agrônômica; transporte; armazenamento; proteção do trabalhador / Equipamentos de Proteção Individual – EPI; preparo da calda; tecnologia de aplicação; destinação de sobras e embalagens.

A legislação é dinâmica e vem impondo novas exigências relativas à segurança e manuseio dos defensivos agrícolas.

Por todo exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a realização do Seminário que ora se requer para que apresente suas contribuições a esta Comissão.

Sala de Sessões, em de de 2016.

RÔMULO GOUVEIA
Deputado Federal
PSD/PB